



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1011237-09.2016.8.26.0566
 Classe - Assunto: **Inventário - Inventário e Partilha**
 Inventariante: **Justina Celia Saidel Mantovani**
 Inventariado: **Sebastião Saidel**

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha consta de fls. 65/71. O herdeiro José Paulo Saidel foi citado por carta AR às fl. 60 e não promoveu sua habilitação nestes autos. Os ativos financeiros estão depositados à ordem deste juízo (fl. 59). As certidões negativas constam de fls. 17 e 20.

HOMOLOGO, por sentença, o plano de partilha de fls. 65/71 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado **(dispensando a serventia de expedir certidão específica)**.

Intime-se a herdeira Maria Salete Saidel Misale, para, em 5 dias, comprovar o recolhimento da CPA referente ao instrumento de mandato de fl. 27 *(o valor da CPA é de R\$ 20,00 por mandante)*.

Renove-se a intimação da inventariante para, em 10 dias, providenciar:

- 1) recolhimento das custas processuais (TAXA JUDICIÁRIA: Monte-mor de R\$ 50.001,00 até R\$ 500.000,00: 100 UFESPs, para o exercício de 2017, o valor da UFESP é de R\$ 25,07 = **R\$ 2.507,00**: Guia **DARE-SP**, código 230-6 **), e das CPAs referentes aos instrumentos de mandatos de fls. 04/06 *(o valor da CPA é de R\$ 20,00 por mandante: 3 X valor da taxa = R\$ 60,00)*;
- 2) certidão de existência (ou inexistência) de testamento público em nome do inventariado;
- 3) prestar esclarecimentos sobre os itens "5" e "6" de fl. 25. Observo que compete aos herdeiros se habilitarem no **processo**, mencionado no item "5" de fl. 25, visando ao recebimento de seus possíveis direitos pecuniários perseguidos naquela demanda, na proporção estabelecida no ajuste alvo desta sentença homologatória. Quanto aos direitos à linha telefônica, considerando que não tem valor pecuniário, se o caso poderão requerer alvará para a efetivação da transferência ou desligamento perante a concessionária.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

Desde que atendidas as exigências dos parágrafos anteriores, a inventariante e demais herdeiros ficarão autorizados a obterem o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. O Tabelionato solicitará (por e-mail) senha ao Cartório como de praxe.

Providenciado o recolhimento das custas processuais e exibida a certidão de existência (ou inexistência) de testamento público em nome do inventariado, **expedir-se-á ML** para que a inventariante saque o valor equivalente a **R\$ 20.184,22** (e respectivos rendimentos) do depósito de fl. 59. A inventariante ficará responsável pelo pagamento da cota-parte da viúva-meeira e dos demais herdeiros nesse bem (exceto quanto ao herdeiro José Paulo Saide), de acordo com o artigo 272, do CC, sob as penas da Lei. Deverá exibir nestes autos os respectivos recibos, em especial quanto à herdeira Maria Salete Saidel Misale, que constituiu advogado distinto em relação aos demais interessados.

A presente servirá como carta de intimação (AR) para o herdeiro José Paulo Saidel, que reside em outro estado, para que informe a este juízo, por e-mail, os dados de sua conta bancária, bem como os números de seu RG e CPF. Vindo aos autos essas informações a Serventia cuidará de providenciar a transferência da cota-parte desse herdeiro (R\$ 2.883,46 e respectivos rendimentos) no depósito de fl. 59, para a conta bancária a ser indicada. Esta sentença também servirá de ofício ao Banco do Brasil para essa finalidade.

O Fisco Estadual recebeu senha (fls. 22/23) para ter pleno acesso a estes autos. O lançamento administrativo do ITCMD não se submete ao crivo judicial nestes autos. Compete ao Oficial do CRI aferir se os herdeiros recolheram o tributo estadual ou obtiveram a declaração de isenção e se a Procuradoria do Estado manifestou concordância a essa exigência.

P. I. Aguarde-se por 20 dias a ultimação das providências supra determinadas e cls.

São Carlos, 09 de março de 2017

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**